DA ARQUITETURA HOSTIL E GRUPOS VULNERABILIZADOS URBANOS: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

HOSTILE ARCHITECTURE AND VULNERABLE URBAN GROUPS: A QUESTION OF CITIZENSHIP

Izabela Cristina Sales¹
Lucas de Souza Lehfeld²
Sebastião Sérgio da Silveira³

RESUMO

A arquitetura hostil, na qualidade de um mecanismo utilizado para controle do ambiente público a partir de sua modificação estética, tem a capacidade de transmitir simbologia humana, geralmente atrelada ao medo e à insegurança no ambiente urbano. Assim, o presente trabalho de revisão bibliográfica realizada pelo método hipotético-dedutivo, tem como objetivo geral analisar o modo como a arquitetura hostil pode ser utilizada como violadora da cidadania. Para alcançar ao objetivo proposto abordou-se o conceito de arquitetura hostil, visualizando-se o seu caráter grotesco, passando pela apreciação da violação da cidadania a partir da apresentação de exemplos reais ocorridos no seio da sociedade brasileira, cuja estética pode ser aferida nas maiores capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. Ao final, entendeu-se que diversas alterações estéticas num mesmo ambiente são capazes de transmitir a sensação de não pertencimento a grupos vulnerabilizados como exemplos os sem-teto e mendigos, repercutindo em verdade seleção daqueles que possuem ou não o direito de gozar da cidade e de seus atributos.

Palavras-chave: arquitetura hostil; cidadania; grupos vulnerabilizados; políticas públicas.

ABSTRACT

The hostile architecture, as a mechanism used to control the public environment based on its aesthetic modification, can transmit human symbology, generally linked to fear and insecurity in the urban environment. Thus, the present work of bibliographic review carried out by the hypothetical-deductive method, has as general objective to analyze the way in which the hostile

¹ Graduada em Direito e Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. E-mail: izabelasales@hotmail.com.br

² Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP; Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Ribeirão Preto. E-mail: llehfeld@unaerp.br

³ Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP; docente e Coordenador do Curso de Direito e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Coletivos e Cidadania da Universidade de Ribeirão Preto; membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: ssilveira@unaerp.br - Unaerp

architecture can be used as a violator of citizenship. To achieve the proposed objective, the concept of hostile architecture was approached, visualizing its grotesque character, passing through the appreciation of the violation of citizenship from the presentation of real examples that occurred within Brazilian society, whose aesthetics can be measured in the greatest Brazilian capitals, such as São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte and Curitiba. In the end, it was understood that several aesthetic alterations in the same environment can transmit the feeling of not belonging to vulnerable groups, such as the homeless and beggars, reflecting in fact the selection of those who do or do not have the right to enjoy the city and of its attributes.

Keywords: hostile architecture; citizenship; vulnerable groups; public policy.

1 INTRODUÇÃO

O desafio de proteger pessoas em situação de vulnerabilidade é demasiadamente complexo, dentre outros fatores, não somente por ser capaz de abarcar grupos diversos que, a depender do ambiente que estão inseridos podem ou não ser considerados como pessoas em situação de vulnerabilidade; como também por ser capaz de acolher situações que devem ser analisadas com olhar crítico e solidário no tocante ao risco eventual ou iminente a que a individualidade humana está exposta.

O meio ambiente artificial – cidades e regiões metropolitanas – por exemplo, pode servir de fundamento prático e teórico para pesquisas que buscam analisar a sociedade pós-moderna e as nuances existentes entre os atos que buscam proteger determinados grupos e, na contramão acabam vulnerabilizando um número ainda maior de pessoas.

Isto porque as cidades são abarcadoras de dilemas inerentes à urbanização – tal como questões relacionadas ao fornecimento de mobilidade urbana, água potável e saneamento básico, pontos de trabalho, áreas de lazer etc. –, mas também às novas questões insurgentes da era tecnológica, como radiação advindo dos novos equipamentos que necessitam de sinais para funcionarem.

Assim, imersos em um ambiente capaz de fornecer tantos estímulos simultâneos, por vezes aspectos estéticos da vida urbana passam despercebidos e, noutros casos, causam um choque tão grande a ponto de transcender os limites estético-visuais e influírem no sentimento coletivo causando medo, insegurança e não pertencimento.

Mas, esta estética urbanística causadora de sentimentos aversivos pode ser visualizada a partir do desafio de tentar proteger pessoas que possam estar em situação de vulnerabilidade; na medida em que, *a priori* a arquitetura hostilizada é utilizada sob o pretexto de combater algum “mal” social que paira nas ruas das grandes cidades (como é o caso da

instalação de arames pontiagudos ao redor de fontes de água ou a instalação de bancos não ergonômicos), no entanto, ao instituí-la o “mal” pode não ser combatido e, ainda, vulnerabiliza grupo de pessoas que antes não pertenciam à zona de risco, mas que, com a sensação de “não pertencimento” advinda da observação estética dos locais públicos, o instinto é deixar de frequentar o local ou, ainda, frequentar pelo menor tempo possível.

Posto isso, o presente trabalho faz referência a pesquisa de revisão bibliográfica realizada pelo método dedutivo, com objetivo descritivo e exploratório, cujo objetivo geral é analisar o modo como a arquitetura hostil pode ser utilizada como violadora da cidadania e, com o intuito de chegar ao objetivo proposto, estipulou-se como objetivos específicos a ultrapassagem pelo conceito de arquitetura hostil, visualizando-se o seu caráter grotesco, seguindo pela análise da violação da cidadania a partir da apresentação de exemplos real ocorridos no seio da sociedade brasileira, cuja estética pode ser aferida nas maiores capitais estaduais do Brasil, como São Paulo⁴, Rio de Janeiro⁵, Belo Horizonte⁶ e Curitiba⁷.

Face à limitação discursiva inerente ao trabalho optou-se pela utilização de dois pressupostos teóricos que, embora sejam berços de ricas discussões práticas e teóricas, o recorte temático teve ser realizado: o primeiro é a existência de um direito transindividual à cidade, o qual pode ser, em alguma medida, violado a partir da implementação da arquitetura hostilizada e, o segundo é a utilização da noção de *cidadania* a partir do referencial teórico de James Holston (2013, p. 48), o qual sinaliza que a cidade é muito mais do que uma instituição política formal, pois sua história é desenvolvida “nas tensões entre produções conflitantes da vida social, na medida em que tanto motiva lutas pela inclusão e pela igualdade quanto alimenta desejos de exclusão profundos e comuns”.

2. ARQUITETURA HOSTIL E SEU CARÁTER GROTESCO E MARGINALIZAÇÃO URBANA⁸

A arquitetura, a partir dos estudos realizados por José Ramón Alonso Pereira (2010) pode ser compreendida como um “fato cultural de caráter plural”. Para o autor a arquitetura

⁴ 1ª maior cidade brasileira com 11.451.245 pessoas (IBGE, 2022).

⁵ 2ª maior cidade brasileira com 6.211.423 pessoas (IBGE, 2022).

⁶ 6ª maior cidade brasileira com 2.315.560 pessoas (IBGE, 2022).

⁷ 8ª maior cidade brasileira com 1.773.773 pessoas (IBGE, 2022).

⁸ Desde já, importante enfatizar que o grotesco como categoria estética, em seu curso histórico sofrera modificação acerca de sua abrangência e de seu significado. Para melhor entendimento das alterações realizadas no curso no tempo, *vide*: SODRÉ; PAIVA, 2014, p. 39 e seguintes.

deve ser visualizada a partir de sua história e esta, por sua vez, concede ideias-chave que dirigirão seu entendimento. Para o estudo em apreço, relevante é a apuração singela da história da arquitetura ocidental a partir do “menir”, passando pela caverna até chegar à cabana, cuja interação e evolução pode ser incluída na história urbana, já que, “como disse Leon Battista Alberti no século XV, ‘cidade é uma casa grande, e a casa é uma cidade pequena’” (PEREIRA, 2010, p. 26).

O “menir”⁹, de acordo com Pereira (2010) é o primeiro aspecto importante para a construção da arquitetura, o qual faz referência a qualquer monólito cravado verticalmente no chão. Embora seja possível a argumentação de que uma árvore seria um “menir natural”, é evidente que a árvore, por si só, não é uma arquitetura, no entanto, a depender das circunstâncias é possível que a árvore transcenda sua condição natural e se transforme em arquitetura ao ser carregada de simbolismo e se torne “humana”, social, arquitetônica (PEREIRA, 2010).

É neste contexto em que a primeira ideia-chave da arquitetura – e muito relevante para a presente pesquisa – surge: arquitetura como significação, signo ou símbolo. Esse aspecto demonstra a “capacidade comunicativa” da arquitetura (PEREIRA, 2010).

Juntamente com Pereira (2010), depois do “menir-símbolo” vem, historicamente, a “caverna-abrigo”. Assim como elucidado acerca da árvore que, por si só, não é um instituto arquitetônico, mas pode se tornar; a caverna, inicialmente, não é arquitetura, porém, a partir do momento que ela se torna habitável – e os habitantes passam a pintar as paredes e alterar sua estética, por exemplo – ou é utilizada com finalidades específicas¹⁰, esta deixa de ser algo natural e passa a ser um elemento arquitetônico. Da caverna o homem passa à edificação da cabana e essa é o primórdio da edificação de cidades (PEREIRA, 2010).

Essa abordagem histórica singela se mostra o bastante para entendermos a íntima relação entre o ser humano, seu local de habitação e a simbologia criada ao seu entorno; em que pese ainda não ser possível delimitar, com clareza, o que é a arquitetura e, por consequência, a arquitetura hostil.

⁹ De acordo com Pereira (2010, p.22), o termo *menir* adquire, ainda, seu desenvolvimento máximo como “monólito pré-histórico”: “um monumento megalítico cujo significado também podemos encontrar parcialmente no dólmen ou nas estruturas trilíticas que ainda existem, onde duas pedras fixadas verticalmente no solo sustentam uma terceira, horizontal”. O autor ainda apresenta a imagem de um arranha-céu “como menir ou a coluna dos dias de hoje, segundo uma proposta de Adolf Loos” (PEREIRA, 2010, p. 23).

¹⁰ Dentre as finalidades, interessante o fato de que as primeiras cavernas foram designadas de duas formas: as cavernas *totêmicas* (escavações de natureza mágica) e as *funerárias* (a casa dos mortos) (PEREIRA, 2010).

Em consonância com Pereira (2010), Leonardo Benevolo (2001) apresenta a arquitetura como um conceito em constante construção, não estabelecido em termos definitivos, que pode variar em tempo e lugar. Mas a atuação dos projetistas se desenvolve substancialmente no relacionamento fixo entre a arquitetura e a sociedade – acrescento, *na* cidade.

Se autores especialistas no tema são relutantes em proceder à delimitação conceitual da arquitetura, prudente é a utilização, tal como fizera Benevolo da definição traçada por William Morris em 1881, no sentido de abranger todo o ambiente físico “que circunda a vida humana; não podemos subtrair-nos a ela, até que façamos parte da sociedade urbana, porque a arquitetura é o conjunto de modificações e das alterações introduzidas sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas, excetuado somente o puro deserto” (MORRIS, 1881, *apud* BENEVOLO, 2001, p. 12).

Assim, embora Benevolo (2001) tenha se valido de conceito pré-definido, é certo que este apresentou, ainda em linhas introdutórias de sua obra, um aspecto relevante a ser considerado: o anseio de renovação do ambiente em que vivemos. A essa renovação do ambiente é possível atrelar análise a ser realizada num momento posterior, acerca da competência do poder de ordenação¹¹ para a renovação que, por sua vez, ganha contornos diversos a depender da inclinação ideológica predominante.

As construções, tal como delineado por Jan Gypmel (2001), representam o espírito de suas épocas e, por este motivo, o ato de construir – o ato de arquitetar, complemento – é um ato social e não individual do executor. E como ato social, a arquitetura hostil, ora objeto de estudo, é intrigante e importante, porque manifesta um anseio, mesmo que parcial ou implícito, da sociedade. Somado a isto tem-se a posição de Glancey (2001) de que a arquitetura é o maior meio visível de demonstrar saúde, riqueza e, até mesmo, uma forma de escada para o céu¹².

É neste ponto que se vislumbra a abertura da utilização da arquitetura como meio estético de afugentar ou acolher cidadãos; de transportar ao observador o poder imanente ao ordenador da construção, sendo capaz, inclusive, de dizer – sem falas e sem palavras – e ocasionar sentimentos – sem o contato – das mais diversas formas e naturezas.

¹¹ Quanto ao tema, o presente trabalho aborda no *item 4.2* a competência do poder público municipal para a execução da política pública urbana e, em consequência se manifesta como o detentor do poder para a propositura e execução de políticas públicas de exclusão.

¹² O autor realiza crítica comparativa entre os tempos antigos e o início do século XXI acerca da não evolução da arquitetura, visto que, “não construímos mais para ligar a humanidade a Deus ou para dar sentido ao nosso lugar no cosmo, mas por qualquer uma das muitas razões mundanas, banais, vaidosas e lucrativas que reduzem a arquitetura a um empreendimento jactancioso e terreno” (GLANCEY, 2001, p. 10).

A terminologia “hostil” como qualificadora da arquitetura urbana, embora corriqueiramente utilizada, é unânime dentro dos estudos arquitetônicos, visto que, conforme revisão bibliográfica realizada por Débora Raquel Faria (2020), existem outras terminologias capazes de demonstrar o fenômeno de “controle” do espaço público a partir da arquitetura, dentre eles, aponta-se: arquitetura antimendigos, do medo¹³, do pânico, defensiva, da violência, dentre outros. Ao final, a arquiteta opta pela terminologia “arquitetura hostil” para fazer referência “ao tipo de arquitetura ou instalação que pretende excluir grupos indesejáveis ou grupos específicos dos espaços, especialmente do espaço público” (FARIA, 2020, p. 33).

Noutra análise, hostilidade, a partir do viés gramatical, é um adjetivo de dois gêneros “que manifesta inimizade; próprio de inimigo” ou “que revela agressividade; ameaçador” (OXFORD LANGUAGES, 2023). Shayenne Barbosa Dias (2020), por sua vez, apresenta a categoria da hostilidade a partir da arquitetura do medo e/ou da violência; sendo, também, o tipo de arquitetura capaz de diminuir as conexões existentes entre os espaços públicos e os particulares (DIAS, 2020) – atrelando-se, pois, à dualidade entre a casa e à rua.

Referido sentido, embora difundido pelos pesquisadores ao se referir à utilização de arquitetura “afugentadora” nos grandes centros urbanos, principalmente, não é o bastante para expressar, tal como pretendido, a abrangência da violação do direito à cidade dos cidadãos, motivo pelo qual há de se desenvolver o caráter grotesco da estética arquitetônica.

Na obra *O império do grotesco* (2014) os autores Muniz Sodré e Raquel Paiva abordam de forma ampla a categoria estética¹⁴ do grotesco -“que vem da gruta, porão (*grotta*, em italiano)”-, iniciando a narrativa a partir de uma dúzia de situações e fatos atrelados à estética do grotesco. As passagens demonstram episódio institucionalmente desmoralizante: como fora no caso ocorrido em abril de 2000, no auge da crise no Senado Federal brasileiro, em que um artista plástico leva uma escultura feita de serragem e coberta por fezes para o Congresso, a qual é interpretada por uma criança como sendo o reflexo do que existe dentro do Congresso e,

¹³ A arquitetura do medo e do pânico podem corresponder, no caso concreto ao “estudo focado nas manifestações do medo do crime no espaço e sua interferência na vida [...]” (FARIA, 2020, p. 31) e também “para analisar a disseminação de grades, muros muito elevados, cercas elétricas, guaritas com seguranças particulares armados e circuitos de vídeo-monitoramento, transformando as paisagens das principais cidades brasileiras” (FARIA, 2020, p. 31).

¹⁴ Para fins de delimitação, categoria estética é “um sistema coerente de exigências para que uma obra alcance um determinado gênero (patético/ trágico/ dramático, cômico/ grotesco/ satírico) no interior da dinâmica da produção artística” (SODRÉ; PAIVA, 2014, p. 32). Ao citarem Eagleon, os autores abordam que “o nascimento da estética é o mesmo de um discurso sobre o corpo: a distinção que o termo perfaz inicialmente (século dezoito) ‘não é aquela entre arte e vida, mas entre o material e o imaterial, entre coisas e pensamentos, sensações e ideias’” (SORÉ; PAIVA, 2014, p. 34-35).

em sintonia, é a abordagem internacional de que o Congresso brasileiro promove teatro, novela e circo. Noutra ocorrência há “pequenas aberrações humanas” e pessoas seduzidas por prêmios banais, cujos fatos acarretam em “pequenos instantes de visibilidade pública”, tal como o momento entre os anos de 1969 e 1972 que a televisão brasileira midiaticiza misérias e aberrações da vida humana: enquanto um programa de televisão promovia desfile de mulheres miseráveis para proclamar a “rainha por um dia”, o outro veiculava atores famosos “saboreando” comida japonesa sobre corpo de mulher nua (SODRÉ; PAIVA, 2014).

Todas as situações apresentadas por Sodré e Paiva (2014) são operadas como um “rebaixamento” – entende-se, aqui, da qualidade do ser humano – apresentando situações absurdas, animais, que ocasionam o efeito de “desarmonia do gosto”, que, por sua vez, resulta em sentimentos diversos: desde o riso à repulsa.

O *gosto*, como categoria desarmônica, é apreciado pelos autores a partir de Kant, de modo a interpretar o vocábulo relacionado à disposição de uma atitude estética, chegando-se ao atrelamento de capacitação do sujeito a apreciar uma obra e atribuir-lhe valor, que gira em torno da beleza (SODRÉ; PAIVA, 2014).

Assim, o termo grotesco, que numa análise evolutiva (SODRÉ; PAIVA, 2014), era voltado à valoração estética de obras de arte (associada ao disforme e ao onírico – respectivamente, conexões imperfeitas e conexões irreais), passa a adjetivar gostos generalizados, até mesmo figuras da vida social.

Essa imagem do grotesco a partir da emissão de juízos de valores acerca da “desarmonia do gosto” e do belo, é diariamente retratada a partir da midiaticização do que Ana Temer e Simone Tuzzo (2016) denominam de “duas cidades”: a cidade acolhedora, correspondente à cidade bonita, dos turistas e habitável e, de outro lado, a cidade *não* acolhedora, que seria o espaço do trabalho, do trânsito, onde as pessoas de menor poder aquisitivo estão alocadas. Se a cidade turística deve ser exaltada, a cidade periférica, marginalizada, deve ser maquiada. É como se existisse, além da dualidade moral entre a casa e a rua (DAMATTA, 1997), também uma dualidade moral e institucional entre a visão vendida aos turistas e a realidade sofrida pelo povo: é mais fácil implantar muros estéticos para ocultar favelas do que reconhecer o problema e tentar agir, de forma incisiva, para melhorar a qualidade daquele povo.

A pesquisa realizada por Temer e Tuzzo (2016), embora pesquisa do ramo jornalístico e comunicações¹⁵, é de caráter interdisciplinar e apresenta abordagem realista acerca do aspecto da diferenciação de *status* entre os habitantes da *cidade acolhedora* e os da cidade *não* acolhedora, não somente em virtude da negação da civilidade – e, por extensão, da cidadania dos habitantes da cidade não acolhedora – como também a forma de introdução do feio, do grotesco a estes ambientes diferenciados.

A narrativa se dá a partir da abordagem de duas reportagens veiculadas na mídia com abordagens distintas sobre o mesmo tema: má qualidade das vias públicas brasileiras (TEMER; TUZZO, 2016). Ocorre que, numa primeira reportagem as vias públicas de má qualidade são apresentadas como algo “corriqueiro” a partir da midiaticização de uma via importante em frente a um hospital, havendo contraste entre as pessoas entrevistadas (pobres) e o repórter – este na qualidade de autoridade. Por outro lado, a segunda reportagem mostra uma área nobre do Rio de Janeiro em que houve o desabamento de uma obra realizada para as Olimpíadas do ano de 2016. Desta comparação as autoras demonstram que a dualidade das cidades é veiculada a partir da sensação de que, na primeira reportagem a cidade rica/civilizada vai à região desvalorizada e, na segunda, os vícios da cidade não acolhedora, desvalida, invade a cidade rica, privilegiada. Tal fato reforça a ideia de vítimas permanentes da sociedade e vítimas eventuais.

A veiculação da estética grotesca¹⁶ não se atrela tão somente à midiaticização, mas também à própria construção da arquitetura urbanística. O grotesco, em verdade, tal como afigurado por Temer e Tuzzo (2016), advém da sociedade grotesca que abarca a dor, o sofrimento, o medo, a insegurança cotidianamente¹⁷. As autoras veem a cidade grotesca como

¹⁵ Em específico, a pesquisa realizada por Temer e Tuzzo (2016) “buscou compreender de que forma o telejornalismo, mais do que informar, procura surpreender e reforçar um mapeamento urbano fundamentado em uma negatividade estética, apresentando aos seus receptores a negação da cidadania”. É no atrelamento da realidade apresentada pelo jornalismo nacional e a abordagem das autoras de violação da cidadania que se entende uma pesquisa interdisciplinar.

¹⁶ Para uma análise interdisciplinar da questão, a partir da visão do jornalismo e o caráter grotesco da cidade, deixa-se consideração final realizada pelas autoras: “trata-se de uma percepção política da cidade, ou uma forma de reforçar suas diferenças internas, repetindo preconceitos que corroboram uma visão de exclusão social na qual, mais do que informar, o telejornalismo reforça um mapeamento urbano fundamentado em uma negatividade estética, que apoiando-se em elementos do grotesco, insere espaços e grupos sociais como dignos ou insuficientes, em um espectro que coloca em questão o próprio direito à cidadania.” (TEMER; TUZZO, 2016, p. 24).

¹⁷ Outra abordagem que merece ser denunciada, embora não atrelada à hostilidade arquitetônica, mas elucida o modo como a vida das pessoas socialmente marginalizadas são veiculadas pela mídia brasileira é a constatação da antropóloga Alba Zaluar (1997) em que: “a guerra entre as quadrilhas já matou e vai continuar matando milhares deles, seduzidos pelo poder que a posse da arma de fogo e o pertencimento a uma quadrilha bem armada parecem inicialmente trazer. São principalmente os homens jovens pobres, negros, pardos e brancos, que estão deixando

aquela que, se de um lado, fornece ruas para carros luxuosos transitarem, de outro, subtrai o direito daquele que se vale dos pés para caminhar em calçadas inexistentes ou deficitárias; a cidade grotesca valoriza o transporte privado e desvaloriza o transporte público pertencente ao que é feio, sujo e pobre (TEMER; TUZZO, 2016).

Assim, em que pese o grotesco ser originário da categoria estética, é certa a flexibilidade quanto a esta categoria, de modo que, conforme Sodré e Paiva (2014), qualquer fenômeno, fato ou atividade humana é capaz de se tornar um signo estético e este é visualizado, inclusive, como um signo de comunicação.

A comunicação arquitetônica com os habitantes da cidade é de extrema importância, pois é a partir dela que os cidadãos se sentem ou não acolhidos pelo ambiente. Sentem-se ou não seguros para permanecerem ou irem embora de um local de uso comum do povo. Em suma, o “ar” transmitido pela arquitetura é capaz de acolher ou afugentar os seres que por ali transitam e habitam.

O *grotesco* que se sustenta, manifestado a partir da arquitetura hostil, é aquele que atrela os sentimentos de medo e de aversão, de repulsa e, até mesmo, de indignação a algum sinal arquitetônico incluído pelo ser humano nos núcleos urbanos, de modo a transmitir a sensação constante de não pertencimento. Sensação confrontante à utopia da cidade e dos direitos supostamente a ela inerentes.

Assim, o caráter grotesco da arquitetura hostilizada sugere a reflexão acerca do sentimento que permanece no cidadão e no cidadão – senão a aversão, o medo, a repulsa – quando da visualização de arames pontiagudos colocados nas portas de lojas ou vitrines; quando da vista de morros de concreto alocados abaixo dos viadutos para dissipar pessoas que ali habitam; quando da passagem por estações de metrô desprovidas de locais para se sentar, se repousar. São os sentimentos e as omissões por trás deles que serão abordadas a seguir a partir da violação da cidadania por meio da arquitetura hostil.

3 A VIOLAÇÃO DA CIDADANIA POR MEIO DA ARQUITETURA HOSTILIZADA

suas vidas, seja nas mãos de policiais violentos, seja nas mãos de seus colegas ou comparsas. *O uso político dessa desgraça, que acrescenta ainda mais sofrimento para as famílias pobres, pode estar garantindo espaço nos jornais, mas não nos está tornando mais capazes de montar políticas públicas eficazes para minorar os problemas complexos desse quebra-cabeças. Hoje temos a enfrentar, simultaneamente, uma questão social, que é também uma questão de educação e de saúde pública, articulada a uma questão jurídico-penal e policial”* (grifos meus).

A arquitetura hostil e seu caráter grotesco representa, tal como enfatizado, a utilização de uma categoria estética capaz de provocar sentimentos de medo, insegurança e afugentamento do ambiente urbano – principalmente o ambiente público, de uso comum do povo. Este tipo de estética atribuída, propositadamente, à cidade, embora, em alguma medida, possa se manifestar, inicialmente, como um mecanismo de segurança, em verdade, ocasiona um efeito rebote de, não apenas inverter os valores – ocasionando o medo e a insegurança – como também privar as pessoas de usufruírem de todos os direitos e consectários capazes de serem fornecidos pela cidade.

Adotando-se, pois, a cidadania a partir de seu sentido substancial na vertente de pertencimento social, juntamente com os estudos de Holston (2013), busca-se, neste momento, proceder à demonstração fática de como a arquitetura hostil é capaz de influenciar nesse sentimento de (não) pertencimento do sujeito à cidade, cujo caráter há de violar os direitos inerentes à concepção de cidade e urbanismo.

Destarte, surge o questionamento acerca dos modelos arquitetônicos capazes de violar, de forma incisiva, o gozo aos direitos intrínsecos à cidade; assim como, se, de fato, uma categoria estética é capaz de transcender a ponto de violar direitos. Reconhece-se que as questões estão intimamente relacionadas, mas para fins de organização devem ser analisadas, mesmo que a partir de uma linha tênue, de forma separada e, após, proceder à concatenação das análises.

Assim, a arquitetura, na qualidade de uma simbologia humana em constante construção e transformação, cuja manifestação no seio da sociedade pode ser aferida, dentre tantas possibilidades, por meio da construção de categorias sociológicas¹⁸ passíveis de análise e crítica, tal como estudado e categorizado nas obras de Roberto DaMatta (1997) *A casa e a rua* e de Nelson Saldanha (1993) *O jardim e a praça*, cujas abordagens, apesar de distintas, mas com intuito semelhante, são direcionadas à dualidade existente entre o “agir” humano em ambientes públicos – a rua e a praça – e ambientes privados – a casa e o jardim; aqui há de se demonstrar, a partir da categorização empírica, de como a hostilidade utilizada na arquitetura urbana é capaz de transcender e violar direitos – mesmo que direitos utopicamente descritos – dos seres humanos.

¹⁸ Em relação à terminologia “categoria sociológica”, Roberto DaMatta (1997, p.14) faz a seguinte definição: “[...] que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e idéias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para traduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente – o seu sistema de ação que é referido e embebido nos seus valores”.

Em consonância ao descrito por DaMatta (1997) que, a *casa* e a *rua*, como categorias sociológicas, não representam tão somente espaços geográficos, mas manifestam, também, entidades morais que ocasiona o despertar de emoções e tantas outras reações; assim também o é a arquitetura hostil que, quando aplicada nos centros urbanos, não se manifestam tão somente em bancos de locais públicos não ergonômicos, mas em bancos que vão à contramão de sua própria natureza: possível utilização para descanso das pernas; que se manifestam um ato institucional no sentido de: “não sente, siga em frente”.

Mas, será que os bancos, inseridos em cidades corporativas, às que “não dormem”, de fato não cumprem sua função social ao afugentar aquele que busca um momento de acolhimento? Entende-se pela negação. Um banco com grades entre os assentos ou sem apoio das costas; um banco redondo que requer de seu usuário constante atenção para permanecer equilibrado; um banco fracionado, onde pessoas não são capazes de se alocar com conforto; bancos ondulados onde o usuário fica na dúvida se se senta no declínio ou no aclave. Em suma, todos estes bancos são manifestações implícitas (ou explícitas, a depender do observador) de arquitetura estratégica e grotesca utilizada para afugentar os usuários do local – selecionando-os, inclusive –, de modo a não permanecerem ali ou, se for o caso, permanecer tempo o bastante para entender que não há motivos para ficar ali, na rua, no ambiente público.

A escolha pela hostilidade na arquitetura urbana pode ser visualizada a partir da categoria “medo” compartilhada por seus habitantes, cujo tema é tratado pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2021) em “confiança e medo na cidade”, oportunidade em que apresenta uma possível cronologia do “medo moderno” nas cidades, o qual advém, inicialmente, da redução do controle estatal que fora intenso no período do Estado de bem-estar social em que a irmandade que era típica das relações sociais e advinha dos “laços naturais”, deu lugar à solidariedade emanada pelas relações artificialmente criadas pela sociedade (associações e sindicatos, por exemplo). Ocorre que, com a globalização (e, posteriormente, a modificação da modernidade sólida para a líquida), a solidariedade fora se esvaziando, sendo substituída pela competição: os indivíduos passam a se sentir abandonados, há a corrosão dos laços comunitários que ainda existiam e as pessoas são transformadas em indivíduos de direito (BAUMAN, 2021). Acrescenta-se, indivíduos de direito que competem entre si e precisam encontrar modos de se afastar do que Bauman (2021) denominou de “classe das pessoas perigosas”. Assim, o processo de modernização ocasiona não somente competição, como também transforma pessoas que eram socialmente excluídas em pessoas perigosas, as quais são

visualizadas como aquelas que, ademais de incapacitadas (para o trabalho, por exemplo), são também inúteis, para a sociedade (BAUMAN, 2021).

O processo de modernização sólida para a líquida é complexo e ultrapassa as linhas deste trabalho, mas o fato é que, “*as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização*” (BAUMAN, 2021, p. 32, grifo no original) e a política local não mais é capaz de resolver todas as questões e é dentro deste espectro amplo, dentro destas “bombas-relógios” (MARICATO, 2001) que a arquitetura hostil, repita-se, como simbolismo humano de alteração do visual urbano, surge para resolver um problema o “problema do medo” e, acaba gerando problemas como a “sensação de insegurança”, a “exclusão” e a “subtração”.

Dentre os problemas que a arquitetura hostil busca resolver é o medo de parcela da sociedade em relação a outra parcela (os cidadãos, os excluídos, os perigosos), é assim que Teresa Caldeira (1997) descreve o processo urbanístico na cidade de São Paulo que se torna uma cidade de muros como suposta resposta à “retórica que o justifica: o crescimento do crime violento e do medo” (CALDEIRA, 1997, p. 158).

Neste sentido, se a arquitetura é utilizada como mecanismo de segurança, ou seja, para afastar o medo existente nas pessoas, surge nova questão complexa que está relacionada à afirmação de James Holston (2013) de que na sociedade moderna a circulação pelos espaços públicos¹⁹ é onde o estado de cidadania é vivenciado com maior frequência e previsibilidade, sendo possível também se afirmar que é neste mesmo contexto – circulação pelos espaços públicos – que a cidadania é igualmente violada.

Assim, em que pese a hostilidade arquitetônica seja aferida com facilidade no dia-a-dia das ruas das cidades brasileiras, principalmente no tocante às grandes cidades (São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, por exemplo), essa constatação não possui a mesma equivalência quando da análise formal dos atos emanados pelo Poder Público (por meio do que se sustenta como sendo “políticas públicas de exclusão”). É como se, embora os Poderes Municipais executassem a implementação de arquiteturas hostilizadas, os atos ordenatórios ficassem perdidos nas entrelinhas do planejamento e organização das cidades: instala-se hostilidade para afastar a insegurança e, em contrapartida, abarca-se o individualismo que retroalimenta o medo do desconhecido.

¹⁹ Considerando a finalidade do trabalho, não se abordou, com profundidade, a questão dos privilégios enraizados na sociedade brasileira. Acerca do tema, Holston (2013, p. 41) aborda algumas questões fáticas que demonstram como as elites responderam às demandas de reivindicação de igualdade – e cidadania – pelas pessoas, a partir da criação de diferenciação do espaço público urbano com novos “tratamento especial privilegiado”.

No início do ano de 2021 a mídia nacional divulgou denúncia acerca da alocação, pela Prefeitura de São Paulo, de blocos de cimento (pedras, paralelepípedos) embaixo de viaduto da cidade, localizado na Zona Leste da Capital (G1 SP, 2021). O motivo da instalação não fora devidamente justificado, entretanto, a Prefeitura, na época, alegou que a decisão fora tomada por um funcionário de forma isolada, o qual fora exonerado (G1 SP, 2021).

Não se trata de fato isolado na cidade de São Paulo, conforme divulgado pela mídia, outros episódios também foram alvos de críticas: no ano de 2007 a Prefeitura de São Paulo implantou “canteiros antibanho ao redor do espelho d’água na Praça da Sé, na região central de São Paulo [...] e instalação de bancos antimendigo na Praça da República” (G1 SP, 2007); no ano de 2017, já sob a vigência do “Programa Cidade Linda”, houve a instalação de telas verdes embaixo do Viaduto 9 de julho, local onde muitas pessoas residem, sob o argumento de “proteção” dos moradores, enquanto outra interpretação sinalizava pela tentativa de “esconder”²⁰ as pessoas (G1 SP, 2017).

A arquitetura hostilizada se estende pelo território nacional: recentemente, a capital do Pará fora objeto de interessante e exemplificativo estudo realizado pela arquiteta Débora Raquel Faria (2020) em sua dissertação do mestrado, oportunidade em que a pesquisadora realizou levantamento na cidade de Curitiba acerca da arquitetura hostil utilizada na cidade, constatando um total de 448 arquiteturas hostis, as quais foram subdivididas em tipos (por exemplo, pinos, espetos, arcos de ferro, grades, muros de vidro, entre outros), em relação a sua “função” em restringir (por exemplo, restringir “deitar-se”, “sentar-se”, “acesso”, dentre outros) e o uso das edificações (comercial, residencial, religioso, sem uso, dentre outros) (FARIA, 2020).

A capital mineira, igualmente à capital paulista, também agiu a partir da alocação de pedras pontiagudas embaixo de viaduto, no ano de 2019, sob o argumento de “segurança” (“evitar fogueiras próximas às pilastras, que poderiam causar o abalo das estruturas”) (BELO

²⁰ Neste aspecto, usualmente a questão da arquitetura urbanística hostilizada é atrelada à exclusão do pobre e, principalmente, das pessoas que vivem em situação de rua. Ao se verificar uma análise histórica, é interessante como essa relação fora alterada, na medida em que, conforme Le Goff (1998) a mendicância na Idade Média era atrelada à caridade a ser realizada pelas pessoas (religiosas), não havendo, na época, portanto, o anseio de segregar pessoas do meio social pelo fato de serem desprovidas de recursos advindos das relações humanas. Mas, o autor aborda a questão relativa aos doentes que, diferentemente dos mendigos, causam medo e se tornam objeto de exclusão: “a cidade, bela e rica, é também fonte de idealização: a de uma convivência harmoniosa entre as classes. A misericórdia e a caridade se impõem como deveres que se exercem nos asilos, essas casas de pobres. O cidadão deve ser melhor cristão que o camponês. Mas os doentes, como os leprosos que não podem trabalhar, causam medo, e essas estruturas de abrigo não demoram a tornar-se estruturas de aprisionamento, de exclusão” (LE GOFF, 1998, p. 71).

HORIZONTE, 2019), e tivera má repercussão social, conforme críticas recebidas durante audiência pública realizada à época em Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2019). Durante a audiência, (realizada após a utilização da arquitetura hostil), embora a Prefeitura Municipal não tenha comparecido²¹, as partes ali presentes sinalizaram pela utilização de dinheiro público para a implementação da arquitetura hostilizada, bem como a opção do não direcionamento do respectivo valor à prestação de assistência às pessoas que moram nas ruas (BELO HORIZONTE, 2019).

Embora até aqui os exemplos hostis sejam sugestivos de exclusão e afugentamento tão somente em relação a moradores de rua²², é cediço que o sentimento transposto pela arquitetura sinaliza muito mais do que a opção de excluir grupos de pessoas, como também uma sociedade por completo, como fora o caso na cidade do Rio de Janeiro, antes do início das Olimpíadas do Rio no ano de 2016, em que a Prefeitura realizou a implantação de “muros de acrílico” na Linha Vermelha, principal marginal da cidade, sob o pretexto de “embelezar” a cidade: “a única intenção é realmente cuidar do *look of the city* [o visual da cidade]” (GLOBO, 2016), no entanto, o ato fora demasiadamente criticado como sendo uma “tentativa de esconder o Conjunto de Favelas da Maré” (GLOBO, 2016).

É como se não bastasse que pessoas – enfatiza-se, seres humanos, cidadão formalmente vinculados ao Estado, mas na prática apenas cidadãos– vivam às margens da sociedade. É “preciso” que um ato do Poder Público os privem até mesmo de permanecerem num local público visível: encham-se os viadutos de blocos de concreto para que, os invisibilizados socialmente não sejam vistos, afinal, é mais fácil implantar uma grotesca arquitetura no ambiente público do que realizar políticas públicas que visem assegurar melhora substancial na vida destas pessoas.

Se, como afirmou Rousseau (2017) nos primórdios da sociedade o homem passou a se acostumar com a reunião de pessoas à frente das cabanas e/ou em volta de grandes árvores,

²¹ Neste ponto, embora a pesquisa não tenha realizado levantamento de dados, deve-se ressaltar a violação não somente teórico do direito à cidade, como também formal e legal da gestão democrática da cidade, tal como previsto no artigo 43, do Estatuto da Cidade (*vide* item 4.2), na medida em que o texto legal prevê que a gestão democrática da cidade se dará, dentre outros instrumentos, por meio de “debates, audiências e consultas públicas” (BRASIL, 2001), e, no caso em apreço, a desídia da Prefeitura em não comparecer à audiência pública convocada pela Câmara Municipal é capaz de demonstrar o desinteresse em resolver a questão de forma democrática, por meio de diálogo entre cidadãos e instituição com a respectiva participação social.

²² Essa relação de pessoas que moram nas ruas com o Poder Público e a escolha de implementação de arquitetura hostilizada em detrimento da implementação de políticas assistenciais, é de extrema vulnerabilidade, tal como afigurado por Adela Cortina (2020, p. 35), para quem: “carecer de um lar supõe uma ruptura relacional, laboral, cultural e econômica com a sociedade, é uma clara situação de exclusão social. O sem-tetismo é a expressão de extrema vulnerabilidade”.

hoje essa função que poderia ser atribuída aos locais públicos, muitas vezes é subtraída da cidade: grades em formato de meio círculo ao entorno dos jardins das praças expressam a não permissão de colocar os pés na grama, fato menos agressivo, mas ainda assim hostil, em detrimento das lanças pontiagudas que podem ser alocadas com a mesma finalidade.

Em reportagem de circulação nacional via canal aberto, houve a apresentação do caso ocorrido na cidade de São Paulo em relação à implementação dos blocos de cimento embaixo do viaduto, que ganhou repercussão após o Padre Júlio Lancellotti realizar diversas críticas e denúncias. Nesta reportagem apresentou-se, além das denúncias do religioso, também outras arquiteturas hostis espalhadas pela cidade, cuja estética é grotesca e amedrontadora, sendo explicitado, pelo profissional arquitetônico que acompanhou a reportagem, que a cidade de São Paulo possui receita de ter chafarizes nos locais públicos por entender, o Poder Público, que este lugar servirá para pessoas satisfazerem necessidades básicas – lavar as mãos e beber, por exemplo (GLOBO, 2021).

A reportagem também apresenta a interessante relação dual da cidadania existente no Brasil²³, na medida em que expressa como a arquitetura da cidade de São Paulo é modificada com a alteração de um bairro para outro, de um ambiente urbanístico a outro: enquanto numa praça pública a reportagem mostra bancos não ergonômicos (o arquiteto que acompanha a reportagem ressalta que pessoas obesas não caberiam no banco em virtude da utilização de barras de ferro para a delimitação de cada usuário, convolvendo na impossibilidade de utilização do banco tanto por pessoas obesas como para dormir), ao caminharem um pouco (duzentos metros, conforme a reportagem) chega-se a local acolhedor, com bancos confortáveis, agradáveis, cujo sentimento é de “incluir” e “convidar” o transeunte a ali permanecer (GLOBO, 2021).

É dentro destes e de tantos outros exemplos vividos pelos habitantes urbanos que se vislumbra o desequilíbrio de tratamento entre cidadãos e cidadãos, na medida em que a cidade é o local onde a cidadania se expressa, é construída e reivindicada. Senão na cidade, onde há de surgir movimentos reivindicatórios de melhores qualidades de vida, de trabalho e de igualdade social?

Afirma Le Corbusier (1993, p. 22) que “simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva”. No caso, embora não se entenda que a

²³ Essa relação fora abordada no item 3.1 da presente pesquisa ao discorre acerca da existência de grupos considerados cidadãos e outros como cidadãos, desprovidos de direitos que são reconhecidos aos cidadãos.

arquitetura hostilizada seja a manifestação da alma coletiva, mas sim uma opção²⁴ implementada, dentre outros fatores²⁵, face ao sentimento de medo ao desconhecido, o qual é apreciado por Bauman (2021) como manifestação da *mixofobia*: “impulso em direção a ilhas de identidade e de semelhança espalhadas no grande mar da variedade e da diferença” (BAUMAN, 2021, p. 44).

Embora exista esse anseio intrínseco ao ser humano de buscar aos iguais²⁶, é também intrínseca à natureza a necessidade da diversidade. A cidade é composta de pessoas diferentes e culturas grupais diversas, não sendo possível e nem mesmo almejado que as pessoas transformem seus lares em casulos privados repelidores de toda e qualquer influência externa. A sociabilidade é inerente à humanidade, ao ser político que somos, assim, embora a cidade seja capaz de ocasionar a mixofobia, ela também proporciona a mixofilia e é esta que deve prevalecer (BAUMAN, 2021).

O fato é que a alteração da arquitetura a partir de pequenos pontos isolados pode não se manifestar como uma ofensa à cidadania e ao direito à cidade, no entanto, quando aglomerados num único centro urbano e relacionados aos aspectos constituidores de um direito coletivo à cidade, como local de desenvolvimento pessoal e coletivo, tornam-se alterações drásticas de nítido caráter excludente e seletivo de quem é ou não cidadão, ou seja, aquele que possui o direito de gozar da cidade e de seus atributos.

A cidadania, como visto, se relaciona ao sentimento de pertencimento a uma vida social, garantindo à pessoa humana o direito de usufruir de uma vida digna que, por natureza, pressupõe os elementos que a cidade é capaz de fornecer: alimentação, trabalho, moradia e lazer, por exemplo.

O sentimento de pertencimento coletivo se dissipa nas ruas recheadas de metais pontiagudos alocados nos rodapés das propriedades privadas; se esvaem pelos longos corredores das estações de trens e metrô desprovidos de bancos e, quando estes existem nos locais públicos, são ruins o bastante para que ninguém tenha a intensão de sentar-se.

²⁴ Entende-se pela opção política da utilização da arquitetura hostilizada face à possibilidade de se escolher arquitetura acolhedora, tal como afirmado no item 5.2.

²⁵ No item 4.3 há a abordagem dos motivos pelos quais se entende existir políticas públicas de viés excludente.

²⁶ Essa constante busca pelos “iguais” convola no surgimento de *shopping center* em cada bairro, para que somente as pessoas ali residentes o frequentem, alocando, pois, os “iguais” num mesmo local seguro. Mas, a história é cíclica e se repete em momentos e lugares diferentes, mas com o mesmo intuito: segregar o desconhecido. Le Goff (1998, p. 40) fala sobre a exclusão dos judeus iniciada no fim do século XI.

Rememorando-se uma das vertentes passíveis de aferição da cidadania, atrelada, na Antiguidade, ao direito de gozo na cidade, correspondente a uma participação política na cidade, vê-se a sua subtração por meio da arquitetura hostilizada na medida em que os atos instituidores desconsideram toda e qualquer vida que seja afetada negativamente quanto a esta implementação, não se é questionado às pessoas em situação de rua, por exemplo, o que eles pensam sobre a alocação de bloco de cimento e ou pedras nos locais em que vivem (embaixo dos viadutos).

O Poder Público também não pergunta a opinião das pessoas que frequentam praças públicas, o que elas pensam sobre bancos não ergonômicos, principalmente bancos que limitam o quadril de seus usuários. Não cumprindo, assim, nem aspectos inerentes à cidadania Antiga, nem mesmo aspectos inerentes aos tempos modernos que passaram a considerar a igualdade como atributo dos cidadãos.

Igualmente, não se pode dizer, por fim, que todos aqueles que possuem vínculo formal com o Estado são detentores de direitos e deveres, na medida em que a cidade está se transformando em territórios de alocação de problemas sociais que, por seu turno, o Poder Público visualiza e opta por negligenciar e tentar, de alguma forma, invisibilizar grande parte desta sociedade, seja a partir da arquitetura hostilizada que retira as pessoas das ruas, forçando-as a “ficar em casa”, seja a partir de implementação de muros de acrílico ou telas. O jargão de “o que os olhos não veem o coração não sente” é encaixado na análise com acerto: os problemas sociais e respectivas violações de direitos – seja a partir da omissão e negligência, seja por atuação da implementação da arquitetura hostil – se às margens da visão do Poder Público, não há atuação necessária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura urbana sinaliza a intervenção humana numa categoria estética, bem como a emanção de simbolismo passível de apreensão pelo observador. Esses aspectos – intervenção humana e simbolismo – são importantes, pois é a partir deles que a distinção entre algo natural – como é o caso de uma árvore – e a arquitetura humanamente forjada – árvore utilizada como utensílio do embelezamento do ambiente – se instala.

Deste modo, o simbolismo arquitetônico (ou seja, o motivo justificador de sua implementação num determinado local estratégico) usualmente possui um motivo de sua

implementação e, no caso do ambiente urbano é comum a utilização da categoria estética do grotesco, o qual foi aferido a partir da vertente aferida como um mecanismo midiático de animalização e ridicularização do ser humano (tal como nos programas de televisão em que há ridicularização de pessoas pobres ou mulheres), bem como ao visual estético que é capaz de transmitir medo e sentimento de não pertencimento ou aversão (como ocorre quando a mídia contrapõe a cidade acolhedora, apresentando partes ricas da cidade e pontos turísticos, em detrimento da cidade *não* acolhedora, denunciando diversas questões urbanas, como o transporte público lotado e ruas com asfaltamento degradado e calçadas deficitárias ou inexistentes).

Mas o grotesco e a hostilidade arquitetônica – sendo este adjetivo atribuídos à estética que manifesta inimizade e, em sua maioria, têm como objetivo controlar espaços públicos a partir da intervenção humana – e são aferidos como um problema coletivo em virtude de sua implementação ser capaz de transcender aos limites estéticos e influir no agir das pessoas.

A cidade foi vista como ambiente que abarca diversos problemas e, dentre eles é necessário considerar que o ser humano busca, de forma incessante, a aproximação dos seus iguais e o afastamento dos desiguais. Mas, dentro da cidade, que abarca grupos diversos, o contato com os “desiguais” é constante e inevitável, de modo a surgir o sentimento de medo e de insegurança nas pessoas.

É a partir deste sentimento de medo e de insegurança que a arquitetura hostil é implementada, bancos não ergonômicos são alocados no ambiente público conduzindo à não manutenção dos visitantes ali (o ambiente público passa a ser um ambiente inseguro); telas e pedras são colocadas embaixo de viadutos para que as pessoas que ali residem sejam, respectivamente, invisibilizadas ou retiradas.

Em suma, o visual do meio ambiente artificial é modificado de modo a transmitir, a toda e qualquer pessoa que queira ali permanecer – temporária ou permanentemente –, o sentimento de insegurança, indo a contramão do motivo que ensejou a sua instalação e violando o direito de usufruir dos espaços públicos.

Essa violação deve ser analisada sob o prisma da perspectiva crítica, já que as cidades são construídas pelos seres humanos e para eles. A cidadania, como um sentimento compartilhado de pertencimento a uma sociedade, que convola na possibilidade de gozar e ser detentor de direito e deveres, é violada na medida em que a estética urbana é modificada sem a correspondente anuência daqueles que dela vivem e sobrevivem.

A cidade é o meio ambiente artificial que deveria abarcar os seres humanos e lhes fornecer uma vida digna, no entanto, quando o visual estético é alterado de modo a transmitir insegurança, medo e aversão a todo e qualquer lugar de uso comum do povo, então o povo não está sendo capaz de usufruir dos direitos inerentes à cidade, à vida pública, motivo pelo qual este tipo de implementação deve ser revisada criticamente, sob pena de se manter a exposição do povo a uma situação de vulnerabilidade indesejada.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Traduzido por Eliana Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Instalação de pedras debaixo de viaduto é duramente criticada em audiência pública**. Superintendência de Comunicação Institucional. Belo Horizonte, 5 set. 2019. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/09/instala%C3%A7%C3%A3o-de-pedras-debaixo-de-viaduto-%C3%A9-duramente-criticada-em>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. Tradução de Ana M. Goldberger. 3ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Tradução do inglês: Heloísa Buarque de Almeida. **Public Culture**, 8(2), 1996, p. 303-328. *Novos Estudos*, n.º 47, mar. 1997.

DAMATTA, Roberto, **A casa e a rua**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Shayenne Barbosa. **Arquitetura hostil e percepção da sensação de insegurança: uma barreira para vitalidade e urbanidade, no bairro do Espinheiro**. Dissertação (mestrado). Orientador: Prof. Dr. Cláudio Roberto de Jesus. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, RN, 2019.

FARIA, Débora Raquel. **Sem descanso: arquitetura hostil e controle do espaço público no centro de Curitiba**. Orientador: Alessandro Fíliá Rosaneli. 2020. p. 180. Dissertação (Mestrado) – Mestre em Planejamento Urbano, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69641>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

GLANCEY, Jonathan. **A história da arquitetura**. Tradução de Luis Carlos Borges e Marcos Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GLOBO. G1. **Muro que separa Linha Vermelha de favela ganha painéis da Olimpíada: ‘não existe isso de esconder favela’, diz secretário de Turismo ao G1**. Segundo Antônio Pedro, função de adesivos é meramente decorativa. Reportagem de: Alessandro Ferreira [do G1 Rio]. Atualizado em: 13 jul. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/muro-que-separa-linha-vermelha-de-favela-ganha-paineis-da-olimpiada.html>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

GLOBO. FANTÁSTICO. **Arquitetura hostil: como construções afastam pessoas de ambientes públicos?** Transmitido em: 07 fev. 2021. Duração de 8min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9247954/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

GYMPEL, Jan. **A história da arquitetura: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Virgínia Blanc de Sousa. Alemanha: Konemann, 2001.

G1 SP. **Contra mendigos, SP terá lojas debaixo de viadutos.** São Paulo: 28 maio 2007. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL43557-5605,00-CONTRA+MENDIGOS+SP+TERA+LOJAS+DEBAIXO+DE+VIADUTOS.html>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

G1 SP. **Gestão Covas instala pedras sob viadutos na Zona Leste de SP, mas retira após acusações de higienismo.** São Paulo, 2 fev. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/02/gestao-covas-instala-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp-e-retira-apos-acusacoes-de-higienismo.ghtml>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

G1 SP. **Prefeitura de SP instala tela verde em área onde moradores de rua foram realocados.** Por: Lívia Machado. São Paulo, 5 jan. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-instala-tela-verde-em-area-onde-moradores-de-rua-foram-realocados.ghtml>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente:** disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução de Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Belo Horizonte, censo 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Curitiba, censo 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Rio de Janeiro, censo 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** São Paulo, censo 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas.** Tradução de: Rebeca Scherer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - HUCITEC, 1993.

MARICATO, Ermínia. **A bomba relógio das cidades brasileiras.** LABHAB. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

Artigo disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf>. Acesso em 01 ago 2021.

OXFORD LANGUAGE. **Hostil.** Busca realizada em: 02 fev. 2023. Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>.

PALEN, J. John. **O mundo urbano**. Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasi e Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1939].

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à história da arquitetura**: das origens ao século XXI. Tradução de Alexandre Salvaterra. [livro eletrônico]. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. Tradução de Eduardo Brandão. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SÃO PAULO. **SP Cidade Linda tapa 108 buracos na Avenida Belmira Marin**: Operação realizou a conservação de mais de 62 mil metros quadrados de jardins. Foram recolhidas 20 toneladas de lixo. São Paulo: Secretaria Especial de Comunicação. Publicado em: 3 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/sp-cidade-linda-tapa-108-buracos-na-avenida-belmira-marin>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Prefeitura institui o programa “São Paulo Cidade Linda”**. São Paulo: Secretaria Executiva de Comunicação. Publicado em: 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=227880>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. 2ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; TUZZO, Simone Antoniacci. Pedacos de maus caminhos: o belo e o grotesco nas representações das cidades no telejornalismo brasileiro. **Sessões do Imaginários**. Porto Alegre, v. 21, n. 36, 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3710.2016.2>>.

Submetido em 02.07.2023

Aceito em 18.08.2023